



RELATO FINANCEIRO

2023

Fundo de Pensões Aberto BPI Acções



ÍNDICE

RELATO FINANCEIRO

Relatório de Gestão	3
Introdução	4
Conjuntura Económica e Financeira	6
Investimentos	10
Demonstrações Financeiras	21
Demonstração da Posição Financeira	22
Demonstração de Resultados	22
Demonstração de Fluxos de Caixa	23
Notas às Demonstrações Financeiras	24



RELATÓRIO DE GESTÃO



INTRODUÇÃO

RELATO FINANCEIRO

ENQUADRAMENTO

- O Artigo 152.º da Lei n.º 27/2020, de 23 de julho, determina que anualmente deve ser elaborado um relatório e contas para cada Fundo de Pensões, reportado a 31 de dezembro de cada exercício, o qual deve refletir de forma verdadeira e apropriada o ativo, as responsabilidades e a situação financeira do Fundo.
- A Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho, na perspetiva do funcionamento eficiente do mercado de fundos de pensões, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões define um regime global relativo ao relato financeiro aplicável aos fundos de pensões.

Fundo de Pensões Aberto BPI Acções

- O Fundo de Pensões Aberto BPI Acções financia planos de pensões de contribuição definida; existe apenas uma adesão que co-financia um plano de pensões de benefício definido.
- Em abril de 2023 foi alterado o Regulamento de Gestão do Fundo de Pensões Aberto BPI Acções, destacando-se a alteração da política de investimentos e a introdução de um limite máximo da comissão do Banco Depositário.
- Em 31 de dezembro de 2023, o valor total da carteira do Fundo de Pensões Aberto BPI Acções ascendia a 154 563 442 euros.



INTRODUÇÃO

RELATO FINANCEIRO

Fundo de Pensões Aberto BPI Acções

No decorrer do ano foram registados os seguintes movimentos:

	(valores em euro)
Valor do fundo em 31-12-2022	123 708 102
Contribuições	25 768 698
Benefícios Pagos	(8 705 370)
Transferências	
Prémios de Seguros	
Rendimento Líquido	13 792 012
Valor do fundo em 31-12-2023	154 563 442

CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

EUA

A economia norte-americana revelou uma enorme robustez em 2023: apesar do ritmo acentuado de subidas de taxas de juro por parte da Reserva Federal (num total de 525 p.b. desde fevereiro 2022, e atualmente no intervalo 5,25%-5,50%), o PIB terá aumentado em torno dos 2,0% no conjunto do ano, uma ligeira aceleração face aos 1,9% de 2022. Apesar de, nos primeiros três trimestres do ano, não terem sido ainda visíveis os impactos da política monetária restritiva, um facto explicado pelo dinamismo do consumo privado (suportado pelas poupanças e beneficiando de um mercado de trabalho bastante robusto), os últimos meses de 2023 apontavam já para um abrandamento da economia, um arrefecimento que se pode alastrar para a primeira metade de 2024. Esta postura mais restritiva da política monetária permitiu encaminhar a taxa de inflação para níveis mais próximos do objetivo de 2% (acima dos 3,0% no final de 2023), ainda que esta desaceleração deva acontecer de forma gradual e progressiva, destacando-se o comportamento mais rígido da componente subjacente (que, em dezembro, ainda se encontrava perto dos 4,0%).

A redução das pressões inflacionistas nos EUA, visível em vários indicadores (como os inquéritos às empresas) e juntamente com a expectativa de que a orientação restritiva da política monetária deverá intensificar os seus efeitos sobre a atividade e o mercado de trabalho nos próximos trimestres, contribuirá para colocar a taxa de inflação nos 2% de forma sustentada em algum momento de 2024 e, embora o processo não seja isento de alguns riscos, incentivará a Fed a normalizar a política monetária em meados do ano. Ainda assim, os efeitos desfasados da política monetária restritiva sentir-se-ão ainda em 2024, contribuindo para uma desaceleração acentuada da economia, para 0,8%. Com a desaceleração da economia e o controlo da inflação, a Fed deverá reduzir as taxas, com os membros do FOMC a apontarem para uma descida de 75 p.b. em 2024, colocando o intervalo de taxas oficiais em 4,50%-4,75% no final do ano.

CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

Zona Euro

A performance na área do euro contrabalança com o dinamismo da economia norte-americana. De facto, o aumento do custo de vida (com a inflação claramente acima dos 2%), a fraca procura externa e as condições financeiras restritivas, a par de problemas de índole doméstica (por exemplo, no caso da Alemanha, salienta-se a elevada intensidade energética da sua indústria e a necessidade de adaptação a um novo contexto de guerra na Ucrânia, ou a concorrência do sector automóvel chinês), contribuíram para um débil crescimento da economia da Zona Euro (PIB deverá aumentar em torno de 0,5% em 2023). Perante este contexto de abrandamento económico, a inflação reduziu ao longo do ano, mas terminou 2023 ainda acima do objetivo dos 2% (a global fixou-se perto dos 3%). Perante este comportamento, e depois de ter aumentado as taxas de juro de política monetária em 450 p.b. desde julho 2022, o BCE atingiu o pico do ciclo de subidas (depo em 4,0% e refi em 4,50%) na segunda metade do ano, reiterando a visão de uma política monetária restritiva durante um “período suficientemente longo” e a adoção de outras medidas de política monetária (como o fim dos reinvestimentos do PEPP, anunciado até final de 2024).

As perspetivas de crescimento para a Zona Euro são bastante fracas (quase não crescerá até ao segundo trimestre de 2024) e os riscos estão claramente concentrados no lado negativo. O sector industrial continuará a ser particularmente afetado pela necessidade de reorientar os processos produtivos num contexto de transição climática e procura por novas fontes energéticas, o que afeta particularmente as indústrias de elevada intensidade energética (no caso da Alemanha, este setor regista ainda uma produção 17% inferior à de antes da guerra na Ucrânia); e a forte subida das taxas de juro implementada pelo BCE nos últimos meses ainda não se repercutiu na atividade. Por conseguinte, esperamos que a economia da Zona Euro acelere apenas ligeiramente, mantendo-se um crescimento muito residual (de cerca de 0,7% em 2024), refletindo ainda o impacto das condições financeiras restritivas e o nível de crescimento de preços (ainda acima dos 2%). As perspetivas de crescimento continuam rodeadas de riscos predominantemente negativos (maior impacto do endurecimento da política monetária, arrefecimento da economia mundial, esgotamento do impulso do sector dos serviços no pós-pandemia, alterações produtivas por via da necessidade de prosseguir com a transição climática, questões de geopolítica), com o principal fator de influência positivo a ser a implementação do programa NGEU.



CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

Portugal

A economia portuguesa acabou por surpreender em 2023, ainda que a trajetória tenha sido de mais para menos. O crescimento da atividade no 1T 2023 foi robusto (o PIB cresceu 1,5% em cadeia) e a força deste dado afetou “mecanicamente” o resto do ano. Um mercado de trabalho forte (com o emprego a crescer ainda em torno dos 2%), aliado a uma recuperação parcial dos rendimentos reais das famílias, juntamente com uma vertente externa dinâmica (o setor do turismo registou níveis recorde) terão permitido este ano um crescimento acima de 2%. Contudo, não esqueçamos que por detrás deste número está uma tendência decrescente, atestada pelos registos modestos nos mais recentes indicadores disponíveis. Por exemplo, o PIB no 3T contraiu face ao 2T, colocando o crescimento médio trimestral até setembro em 0,5%. O efeito da política monetária, o arrefecimento do sector dos serviços no pós-verão e os efeitos de base contribuíram para colocar a taxa de inflação abaixo dos 2% no final do ano, ainda que o processo de desaceleração da componente subjacente seja mais demorado. A balança corrente terá registado um excedente, beneficiando da melhoria do défice da balança energética e do excedente da balança de serviços (turísticos e não turísticos). Por sua vez, as contas públicas deverão registar mais uma surpresa positiva: o saldo orçamental deverá terminar o ano em terreno positivo e próximo de 1% do PIB, um desempenho suportado pelo crescimento expressivo da receita fiscal e contributiva. Estes resultados, a par da trajetória de redução do rácio de dívida pública (que deverá ter caído em torno de 10 p.p. para níveis próximos de 100% do PIB), contribuíram para a melhoria do rating da República, atualmente classificado como “A3”/“A-” por parte das principais agências de rating, e da redução do prémio de risco para níveis em torno dos 60 p.b..

2024 trará uma desaceleração da economia portuguesa, com a primeira metade do ano a ser particularmente penalizada com o pleno impacto dos elevados custos de financiamento (ainda que em trajetória decrescente); o seu alívio só se fará sentir no segundo semestre. Neste contexto, a par de um cenário de praticamente estabilização do emprego, o consumo privado irá reduzir o seu contributo para o crescimento da economia. Tal como Portugal, também as outras economias da Zona Euro, entre as quais se encontram os principais parceiros comerciais de Portugal, irão sofrer o impacto das (ainda) elevadas taxas de juro, o que se traduzirá num crescimento mais moderado das exportações portuguesas. Em sentido positivo deverá comportar-se o investimento, onde é esperada uma aceleração com a receção dos fundos europeus (ainda que atenuado pelos custos de financiamento, que permanecerão elevados). Os efeitos do abrandamento da atividade económica deverão fazer-se sentir no mercado de trabalho (com o impacto a ser atenuado pela escassez de mão-de-obra em determinados sectores de atividade) e nas contas públicas, onde o saldo orçamental deverá continuar ligeiramente excedentário; por sua vez, o rácio de dívida pública deverá prosseguir

a sua trajetória descendente para níveis mais próximos dos 90% do PIB, o que não acontecia desde 2010. Os riscos estão enviesados em sentido negativo, destacando-se os relacionados com as questões geopolíticas (com impacto nos preços das commodities e, conseqüentemente, na evolução da taxa de inflação e na própria política monetária na área do euro), a performance económica nos principais parceiros comerciais, a fraca implementação dos fundos europeus e a incerteza política decorrente das eleições antecipadas de março.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

De acordo com a política de investimentos estabelecida no Regulamento de Gestão do Fundo de Pensões, as grandes linhas quanto às aplicações financeiras são as seguintes:

Classe de Ativos	Limite Mínimo	Valor Central	Limite Máximo	Benchmark
Ações	35.0%	50.0%	75.0%	
Europa		25.0%		MSCI Europe Net Total Return EUR Index
Estados Unidos América		17.5%		S&P 500 Net Total Return Index
Ásia Pacífico		2.5%		MSCI Daily Total Return Net Pacif IC USD
Mercados Emergentes		5.0%		MSCI Emerging Net Total Return USD Index
Obrigações	0.0%	35.0%	45.0%	
Dívida Pública Zona Euro		12.0%		Bloomberg Barclays Euro-Aggregate Treasury Index
Dívida Privada Zona Euro		13.0%		Bloomberg Barclays Euro-Aggregate Corporates Index
Mercados Emergentes	0.0%	10.0%	20.0%	Bloomberg Emerging Markets Hard Currency Aggregate Index
Alternativos	0.0%	10.0%	20.0%	Euribor 3 meses
Liquidez	0.0%	5.0%	20.0%	Euribor 3 meses

A política de investimentos cumpre com os requisitos do artigo 4.º da Norma Regulamentar n.º 9/2007-R, de 28 de junho.



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Investimento Responsável e Sustentável

A BPI Vida e Pensões adota uma política de investimento responsável, garantindo assim, que toma em consideração os possíveis riscos e impactos Ambientais, Sociais e de Governo das Sociedades (ASG) no seu processo de investimento e que contribui para a sustentabilidade do mercado no longo prazo sem alterar o objetivo do Fundo de Pensões.

Para integrar estes princípios na prossecução de um objetivo global, a BPI Vida e Pensões tornou-se signatária dos Princípios de Investimento Responsável das Nações Unidas (UN PRI), fazendo parte de um conjunto de investidores globais que têm um compromisso público de curto prazo de implementar e promover práticas de investimento responsáveis (<https://www.unpri.org/about>).

De uma forma geral, a BPI Vida e Pensões manifesta-se contra o investimento em empresas ou Estados que levem a cabo práticas condenáveis ou que violem tratados internacionais, como o Pacto Global das Nações Unidas, do qual é signatária.

A Companhia possui uma Política de Relação com o Setor da Defesa, na qual define restrições ao investimento em empresas ligadas à produção de material de defesa, e uma Política de Gestão de Risco Ambiental, que define exclusões setoriais aplicadas aos investimentos realizados diretamente pela Companhia com o objetivo de reduzir a sua exposição aos riscos ambientais e, em particular, aos riscos físicos e de transição.

Na eventualidade de uma entidade não cumprir os requisitos de seleção adotados pela Companhia, a BPI Vida e Pensões adotará uma estratégia que procure que a empresa proceda ao cumprimento dos requisitos violados com a maior brevidade possível, de uma forma compatível com a perspetiva económica de uma gestão razoável e sustentável. A estratégia poderá passar pelo envolvimento com a entidade, por medidas de mitigação dos riscos de sustentabilidade ou mesmo pelo desinvestimento parcial ou total.



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

A Companhia considera importante o diálogo com as sociedades participadas, pelo que, sempre que se justifique, estabelecerá contacto direto com as mesmas, nomeadamente para transmitir sugestões que se afigurem relevantes sobre qualquer matéria de especial importância ou que reflita especial preocupação. A Companhia poderá também promover o diálogo ativo com as entidades e os gestores de ativos, quer diretamente, quer participando em ações coletivas destinadas a adotar as medidas necessárias à modificação de práticas ou atividades controversas, podendo eventualmente desinvestir em caso de incompatibilidade das atividades exercidas pela entidade.

Com o objetivo de ser um agente ativo na gestão dos seus investimentos e exercer os direitos que daí decorrem, especialmente nos âmbitos definidos pelos UNPRI, a BPI Vida e Pensões:

- Participa direta ou indiretamente em fóruns e grupos de trabalho que visam promover o diálogo com os gestores de ativos e as empresas em que investe, podendo desinvestir em caso de incompatibilidade com os aspetos anteriormente expressos ou com as suas políticas.
- Quando aplicável, e respeitando o disposto na Política de Direito de Voto, exerce os direitos de voto e participa nas assembleias gerais respeitando os objetivos e políticas de investimento e promovendo a valorização sustentável da empresa em que participa.

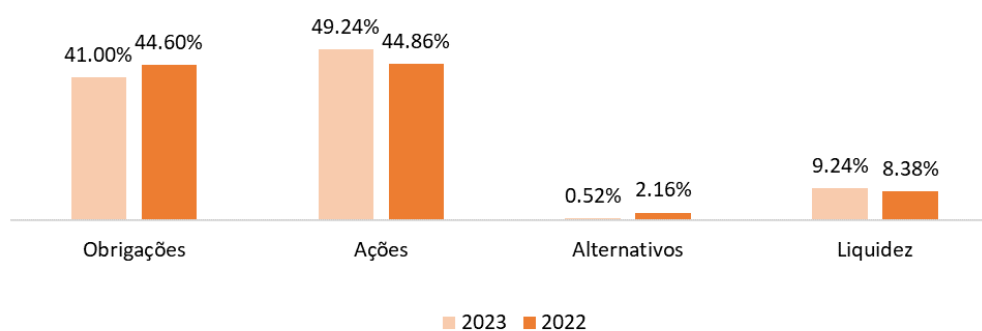
A BPI Vida e Pensões publica no seu site (www.bpividaepensoes.pt) as suas Políticas que, em conjunto, oferecem o enquadramento do modelo de investimento socialmente responsável da Companhia.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Durante o ano de 2023 as aplicações do Fundo de Pensões sofreram alterações, cumprindo em linha a política de investimento definida, como se pode confirmar no gráfico seguinte:



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Cumprimento das Regras Prudenciais

O Fundo de Pensões deverá cumprir com os limites de diversificação e dispersão prudenciais das aplicações de investimentos do Fundo de Pensões constantes no artigo 12.º da Norma Regulamentar N.º 9/2007-R, de 28 de junho.

O património do fundo de pensões deverá observar os seguintes limites:

Requisito	Controlo
1. Investimento em valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação num mercado regulamentado não pode representar mais do que 15%	Cumpre
2. Investimento em unidades de participação de organismos de investimento coletivo não harmonizados não pode representar mais do que 10%	Cumpre
3. Investimento em ativos expressos em moedas distintas daquela em que estão definidas as responsabilidades do fundo de pensões não pode representar mais do que 30%	Cumpre
4. Valor de mercado dos ativos cedidos em operações de empréstimo não pode exceder os 40%	Cumpre
5. Investimento numa mesma sociedade não pode representar mais do que 10%, este limite é de 5%, caso se tratem de investimentos em associados do fundo de pensões ou em sociedades em relação de domínio ou de grupo com esses associados	Cumpre
6. Investimento relativamente a sociedades em relação de domínio ou de grupo entre si ou com a entidade gestora (títulos emitidos, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito) não pode representar mais do que 20%, sendo o limite de 10%, caso se tratem de investimentos efetuados no conjunto dos associados do Fundo de Pensões e das sociedades que se encontrem em relação de domínio ou grupo com esses associados	Cumpre
7. Investimento em unidades de participação de um único organismo de investimento coletivo não harmonizado não pode representar mais do que 2%	Cumpre
8. Caso os organismos de investimento coletivo não harmonizado invistam em outros organismos de investimento coletivo não harmonizado, é considerado o investimento em unidades de participação de cada um destes outros organismos, o qual não pode representar mais do que 2%	Cumpre

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Comparação dos Limites de Exposição

No quadro seguinte procedeu-se à comparação dos limites de exposição previstas na política de investimento do Fundo de Pensões Aberto BPI Ações com a alocação a 31.12.2023:

Ativos	Política de Investimento		Alocação 31.12.2023	Controlo
	Limite Mínimo	Limite Máximo		
Obrigações	0.00%	45.00%	41.00%	Cumpre
Ações	35.00%	75.00%	49.24%	Cumpre
Alternativos	0.00%	20.00%	0.52%	Cumpre
Liquidez	0.00%	20.00%	9.24%	Cumpre

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Análise de Performance

No quadro seguinte apresentam-se as rendibilidades históricas anualizadas do Fundo de Pensões Aberto BPI Acções com a indicação dos níveis de risco do fundo de pensões no período e as rendibilidades do *benchmark*:

Período	Rentabilidade	Risco	Rentabilidade Benchmark
Nos últimos 5 anos	5.14%	4	4.99%
Nos últimos 3 anos	3.71%	4	3.08%
Nos últimos 12 meses	11.42%	4	12.81%

As rentabilidades apresentadas são anualizadas e brutas de comissões de gestão; representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor do investimento pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco, que varia entre 1 (risco baixo) e 7 (risco elevado).

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Observações

- O cálculo das medidas de rentabilidade tem por base as seguintes fórmulas:

$$\text{Rentabilidade efetiva} = (UP_f / UP_i) - 1$$

Em que, UP_f = Valor da unidade de participação no final do período de referência

UP_i = Valor da unidade de participação no início do período de referência

$$\text{Rentabilidade anualizada} = (1 + \text{rentabilidade efetiva})^{365/n} - 1$$

Em que, n = número de dias do período de referência da rentabilidade efetiva utilizada

- O cálculo das medidas de risco tem por base as seguintes fórmulas:

$$\text{Volatilidade} = \sigma_f = \sqrt{\frac{m}{T-1} \sum_{t=1}^T (r_t - \bar{r})^2}$$

Em que, r_t = rentabilidade efetiva semanal no período t

T = n.º de semanas no período de referência, coincidente com o período utilizado para o cálculo da rentabilidade

\bar{r} = média aritmética simples das rentabilidades efetivas semanais, para o período de referência.

- A classificação do risco tem por base as seguintes fórmulas:

Classe de Risco	Intervalo da Volatilidade	
	Maior ou Igual a	Menor que
1	0.0%	0.5%
2	0.5%	2.0%
3	2.0%	5.0%
4	5.0%	10.0%
5	10.0%	15.0%
6	15.0%	25.0%
7	25.0%	

Baixo Risco			Elevado Risco			
Remuneração potencialmente mais baixa			Remuneração potencialmente mais elevada			
1	2	3	4	5	6	7

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Comentário aos Resultados

O ano de 2023 terminou com um desempenho positivo na generalidade das classes de ativos. Do lado dos ativos de risco verificou-se uma subida dos principais índices acionistas, suportada pela perspectiva do início de corte de taxas de juro, por parte dos diferentes bancos centrais, bem como pelo recuar consistente dos valores da inflação. Do lado dos ativos de taxa fixa, assistimos neste quarto trimestre ao recuar das yields, nos diferentes prazos da curva de rendimentos, o que resultou no desempenho positivo desta classe de ativos em 2023.

Neste período e refletindo também o posicionamento tático adotado, a carteira apresentou uma performance positiva 11.42%, que compara com 12.81% do benchmark.

A componente acionista teve um contributo positivo, refletindo o bom desempenho da generalidade dos índices acionistas. Em 2023 o contributo anual da alocação a ações foi de 8.33% abaixo dos 9.31%, registado pelo índice de referência. De notar que ao longo do ano mantivemos um posicionamento defensivo nesta classe de ativos, descontando a possibilidade de um abrandamento económico e o impacto negativo que o mesmo poderia ter nos ativos de risco.

A classe de obrigações de taxa fixa encerrou o ano com um contributo positivo de 2.58%, abaixo do índice de referência que aportou 2.87% em 2023. O posicionamento no primeiro trimestre do ano foi defensivo, com subexposição à classe, bem como menor duração do que o índice de referência. Com o estabilizar dos dados de inflação e alteração do discurso por parte dos Bancos Centrais, alterámos este posicionamento para a neutralidade, quer em alocação, quer em duração, tendo o Fundo beneficiado do recente movimento de descida das yields, em especial nos prazos mais longos. No que concerne às taxas de juro de curto prazo, estas subiram ao longo do ano, tendo a classe de obrigações de taxa variável beneficiado com este movimento, bem como com a compressão de prémios de risco. Em 2023 esta componente teve um contributo para a performance de 0.12%.

Na componente de Investimentos Alternativos e Imobiliário o contributo no trimestre foi 0.04%, pela subexposição que mantemos à classe, que compara com 0.30% registados pelos índices de referência.

A performance da componente de liquidez foi de 0.36% pelo impacto relevante das taxas de juro de curto prazo que compara com 0.33% registado pelo índice de referência.

Sobre os temas de investimento sustentável salientamos o rating ASG de "A" para a carteira de ativos. Os ativos em carteira alinhados com temas de sustentabilidade representavam no final do trimestre aproximadamente 15% do total do fundo.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Riscos Materiais

De acordo com a composição da carteira do Fundo de Pensões Aberto BPI Acções, em 31.12.2023, os riscos materiais associados eram:

Risco de Mercado				Risco de Crédito	Risco Imobiliário		Invest. Alternativos
Acções	Obrigações	Câmbio			Directos	Indirectos	
Acções	Taxa de juro	Taxa de câmbio	Cobertura Total				
x	x			x		x	x

Comparativamente com o ano anterior, não se registou qualquer alteração no tipo de riscos a que o fundo de pensões se encontra exposto.



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Riscos Materiais

Riscos

Risco de Mercado – Incerteza quanto a rentabilidade futura de instrumentos financeiros ou possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de alterações dos preços de mercado dos ativos

- Ações – Perdas decorrentes de alterações de preços de ações
- Taxa de Juro – Perdas decorrentes de alterações de taxas de juro
- Câmbio – Perdas decorrentes de alterações de taxas de câmbio

Risco de Crédito – Ocorrência de perdas resultante da possibilidade de a contraparte num determinado contrato entrar em incumprimento.

Lisboa, 22 de maio de 2024

A BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A.

Isabel Castelo Branco Isabel Semedo



Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

(valores em euro)

Demonstração da Posição Financeira	NOTAS	31-12-2023	31-12-2022
ATIVO			
Investimentos			
Instrumentos de capital e unidades de participação	5	108 325 630	58 178 840
Unidades de Participação		108 325 630	58 178 840
Títulos de dívida pública	5	31 818 929	55 681 679
Outros títulos de dívida	5	7 300 000	7 947 392
Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI	6	7 270 993	1 773 234
Depósitos à Ordem		7 270 993	1 773 234
Outros Ativos			
Acréscimos e Diferimentos	7	153 388	409 083
Juros a Receber		153 388	409 083
Total Ativo		154 868 940	123 990 227
PASSIVO			
Credores			
Entidade Gestora	8	305 498	282 125
Entidade Gestora		284 311	262 978
Estado e outros entes públicos		1 057	3 030
Outras Entidades		20 131	16 117
Total Passivo		305 498	282 125
Valor do Fundo		154 563 442	123 708 102
Valor da Unidade de Participação		20.29467	18.21408

O Contabilista Certificado



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(valores em euro)

Demonstração de Resultados	Notas	31-12-2023	31-12-2022
Contribuições	9	25 768 698	19 387 060
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	10	(8 705 370)	(6 824 617)
Ganhos líquidos dos investimentos	11	13 145 328	(14 842 320)
Rendimentos líquidos dos investimentos	12	1 734 662	682 850
Outras Despesas	13	(1 087 978)	(949 414)
Resultado Líquido		30 855 339	(2 546 441)

O Contabilista Certificado



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(valores em euro)

Demonstração de Fluxos de Caixa	Notas	31-12-2023	31-12-2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Contribuições	9		
Contribuições dos associados		20 164 526	15 304 665
Transferências		5 604 171	4 082 395
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	10		
Pensões pagas		(83 192)	(75 790)
Capitais vencidos (remições/vencimentos)		(526 949)	(396 378)
Transferências		(8 097 202)	(6 350 805)
Remunerações	13		
Remunerações de gestão		(990 637)	(921 516)
Remunerações de depósito e guarda de títulos		(69 709)	(62 545)
Outras despesas	13		
		(194)	(194)
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais		16 000 814	11 579 832
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos			
Alienação / reembolso dos investimentos		163 328 042	114 257 876
Rendimentos dos investimentos		1 990 357	450 808
Pagamentos			
Aquisições de investimentos		(175 826 891)	(127 129 979)
Comissão de transação e mediação		(2 091)	
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento		(10 510 583)	(12 421 295)
Variações de caixa e seus equivalentes		5 490 231	(841 463)
Efeitos de alterações da taxa de câmbio		7 528	
Caixa no início do período de reporte		1 773 234	2 614 697
Caixa no fim do período de reporte		7 270 993	1 773 234

O Contabilista Certificado



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação do Fundo

O Fundo de Pensões Aberto BPI Ações ("Fundo") iniciou a sua atividade a 30 de setembro de 2005. Este Fundo permite adesões individuais e adesões coletivas.

O Fundo tem 131 planos de pensões financiados por adesões coletivas (130 de contribuição definida e 1 de benefício definido).

A última alteração ao regulamento de gestão data de abril de 2023, sendo a sua Entidade gestora a BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A. ("Entidade Gestora" ou "BPI Vida e Pensões). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco BPI, S.A. ("Banco BPI").

2. Alterações ocorridas no plano de pensões

Durante o exercício de 2023 ocorreram as seguintes alterações:

- Associada da adesão nº 9 – Novo Modelo de Comissionamento e Alteração de Plano de Pensões;
- Associada da adesão nº 11 – Transferência de Adesão.
- Associada da adesão nº 15 – Novo Modelo de Comissionamento;
- Associada da adesão nº 28 – Novo Modelo de Comissionamento;
- Associada da adesão nº 48 – Novo Modelo de Comissionamento;
- Associada da adesão nº 63 – Novo Modelo de Comissionamento, RJFP/RGDP e branqueamento de capitais;
- Associada da adesão nº 68 – Novo Modelo de Comissionamento, RJFP/RGDP e branqueamento de capitais;
- Associada da adesão nº 98 - Novo Modelo de Comissionamento;
- Associada da adesão nº 100 - Novo Modelo de Comissionamento;
- Associada da adesão nº 127 - Novo Modelo de Comissionamento e Novas Associadas;
- Associada da adesão nº 129 – Novo Modelo de Comissionamento;
- Associada da adesão nº 133 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 134 - Nova Adesão e Novo Modelo de Comissionamento;

- Associada da adesão nº 135 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 136 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 137 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 138 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 139 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 140 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 141 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 142 - Nova Adesão;

3. Natureza e impacto de alterações dos ativos, responsabilidades e/ou riscos do Fundo

Durante os exercícios de 2023 e 2022, não ocorreram alterações relevantes de ativos, responsabilidades e/ou riscos do Fundo.

4. Bases de Mensuração e Principais Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Fundo, adotando os princípios gerais estabelecidos na IAS 1 e o estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) na Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

4.1. Especialização de exercícios

Na sua generalidade, os rendimentos e gastos são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

4.2. Investimentos mobiliários

As aquisições e alienações de investimentos mobiliários, são registadas na data da transação, pelo valor efetivo de aquisição e alienação, respetivamente.

A avaliação dos ativos mobiliários respeita as disposições previstas na Norma Regulamentar n.º 9/2007 R, de 28 de junho, emitida pela ASF, a qual estabelece os critérios valorimétricos ou de avaliação dos referidos ativos:

- Os ativos que se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados tendo por base o respetivo preço de mercado, correspondente (i) à cotação de fecho ou ao preço de referência divulgado pela instituição gestora do mercado financeiro em que se encontrem admitidos à negociação ou (ii) à cotação de fecho do mercado que apresente maior liquidez, caso estejam admitidos em mais do que uma bolsa de valores ou mercado regulamentado. Caso estes ativos não tenham sido transacionados por um período de 30 dias, apresentem reduzida liquidez, ou cujas condições económicas se tenham alterado desde a última transação efetuada, são equiparados a ativos não admitidos à cotação, sendo avaliados como se descreve de seguida;
- Os ativos que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados pela aplicação da seguinte sequência de prioridades: (i) o valor das ofertas de compra difundidas para o mercado por meios de informação especializados, caso essas ofertas sejam representativas; (ii) metodologias baseadas na informação disponível relativamente a preços de mercado de ativos cujos fluxos financeiros subjacentes sejam similares, que tenham risco de crédito semelhante, sejam oriundos do mesmo setor económico e da mesma zona geográfica e que produzam resultados semelhantes perante mudanças nas condições de mercado; e, (iii) modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros, baseados na análise e metodologia dos fluxos de caixa descontados;
- Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados com base na cotação que, no entender da Sociedade Gestora, melhor reflete o seu presumível valor de realização. Essa cotação foi recolhida em sistemas internacionais de informação de cotações tais como o Financial Times Interactive Data, o ISMA – International Securities Market Association, a Bloomberg, a Reuters ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora. Alternativamente, a cotação pode ser obtida junto de market makers da escolha da Sociedade Gestora.
- Os investimentos mobiliários com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais existe intenção e capacidade de manter até à maturidade, são reconhecidos ao custo amortizado. Estes ativos são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, sendo o juro calculado através da taxa de juro efetiva. Eventuais perdas por imparidade destes ativos são reconhecidas na demonstração de resultados quando identificadas.

As mais e menos-valias potenciais resultantes da avaliação de aplicações são refletidas na demonstração de resultados, correspondendo à evolução do valor dos títulos durante o exercício ou após a data de aquisição, no caso de títulos adquiridos no ano. O valor de balanço dos títulos que

transita para o exercício seguinte corresponde ao custo de aquisição, corrigido pelas mais e menos-valias potenciais, geradas após a sua aquisição.

As mais e menos-valias realizadas resultantes da alienação/reembolso de aplicações são determinadas face ao valor de balanço dos títulos no início do ano ou face ao custo de aquisição, no caso de terem sido adquiridos durante o exercício.

4.3. Operações com contratos de "Futuros"

As posições abertas em contratos de futuros, realizadas em mercados organizados, são refletidas em rubricas extrapatrimoniais. Estas operações são valorizadas diariamente, com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos realizados ou potenciais reconhecidos como proveito ou custo na rubrica "Ganhos líquidos dos investimentos" da demonstração de resultados.

4.4. Comissões

As diversas comissões suportadas pelo fundo, acordadas no contrato de gestão, são contabilizadas na rubrica "Outras despesas" da demonstração de resultados, no período em que ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento. Destacam-se como principais comissões:

- **Comissão de gestão:** corresponde à remuneração da Sociedade Gestora, pela atividade de gestão do património do Fundo.
- **Comissão de depósito:** remuneração do banco depositário pelo exercício das funções de depositário dos investimentos mobiliários e de outros documentos representativos dos ativos que integram a carteira de investimentos do Fundo.

4.5. Pensões, capitais, prémios únicos vencidos e contribuições

O pagamento de pensões, capitais, prémios únicos vencidos, bem como as contribuições para o Fundo efetuadas pelo Associado, são registados como gastos e rendimentos quando pagas e recebidas, respetivamente, concorrendo para a formação do resultado do exercício.

4.6. Operações em moeda estrangeira

As transações em outras divisas que não o Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças líquidas originadas pela atualização cambial são refletidas na rubrica "Ganhos líquidos dos investimentos" na demonstração de resultados.

4.7. Impostos

De acordo com as disposições previstas no artigo 16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (“EBF”), os fundos de pensões e equiparáveis, constituídos de acordo com a legislação nacional, estão isentos de Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) e de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (“IMT”).

A isenção de IRC não abrange os dividendos de ações portuguesas que não tenham permanecido em carteira por um período superior a 1 ano. Por outro lado, os fundos de pensões são ainda eventualmente sujeitos a tributação no estrangeiro, relativamente aos rendimentos aí obtidos.

5. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2023, a carteira do Fundo é composta por instrumentos de capital, unidades de participação, títulos de dívida pública e outros títulos de dívida, conforme se detalha abaixo, num total de investimentos de 147 444 559 euros, o que representa um aumento em 21% face ao existente no balanço a 31 de dezembro de 2022.

Na tabela abaixo apresentam-se também os juros corridos no valor de 153 388 euros referentes às Obrigações detidas pelo Fundo, especializados na rubrica “Acréscimos e diferimentos”.

(valores em euro)

Descrição dos títulos	Custo de Aquisição	Mais/Menos Valias Contabilísticas	Mais/Menos Valias Cambiais	Juro Corrido	Total
Instrumentos de capital e unidades de participação					
BPI ALTERNATIVE LUX (I)	1 883 092	28 847	-	-	1 911 940
ETF-AMUNDI INDEX EURO AGG CORPORAT(XPAR)	1 957 258	104 919	-	-	2 062 177
ETF-ISHARES BARCLAYS CAP.EURO CORP. (AMS)	14 703 897	587 802	-	-	15 291 698
ETF-ISHARES CORE EM IMI UCITS ET (AMS)	7 281 773	398 892	-	-	7 680 665
IETF - ISHARES CORE MSCI JAPAN IMI(XMIL)	3 543 933	289 823	-	-	3 833 756
IETF - ISHARES CORE S&P 500 (XAMS) - EUR	19 231 503	2 631 108	-	-	21 862 611
IETF - ISHARES MSCI EUROPE ESG ENHANC	3 531 221	144 598	-	-	3 675 819
IETF-IS.CORE MSCI EUROPE ACC - (XAMS)	27 426 843	3 963 088	-	-	31 389 931
IETF-ISHARES EDGE MSCI ERP VALUE (LSE)	1 641 569	203 160	-	-	1 844 729
IETF-ISHARES JP MORGAN ESG USD (XETR)	7 192 579	(41 141)	-	-	7 151 438
IETF-ISHARES JP MORGAN USD EM CORP (MTTA)	7 046 931	(129 434)	-	-	6 917 497
IETF-ISHARES MSCI USA ESG ENHANCED(XETR)	2 256 050	326 377	-	-	2 582 427
IETF-ISHARES EDGE MSCI USA VALUE F(XLON)	1 216 153	119 477	(16 680)	-	1 318 950
BPI IMOFOMENTO - FII	785 417	7 827	-	-	793 244
KANAM GRUNDINVEST FONDS	7 487	(1 361)	-	-	6 126
SEB IMMOINVEST	2 743	(121)	-	-	2 622
Total Instrumentos de Capital e Unidades de Participação	99 708 448	8 633 862	(16 680)	-	108 325 630
Títulos de dívida pública					
BELGIUM KINGDOM-1.9%-22.06.2038	913 259	67 426	-	11 083	990 685
BELGIUM KINGDOM-3.75%-22.06.2045	894 906	49 932	-	16 810	944 838
BONOS Y OBLI DEL ESTADO-3.9%-30-07-2039	848 552	35 204	-	13 702	883 756
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-0%-31.01.2026	1 998 032	65 979	-	-	2 064 011
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-0%-31.01.2028	465 268	27 601	-	-	492 869
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-0%-31.05.2024	871 425	15 057	-	-	886 482
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-3.8%-30.04.2024	927 764	(11 048)	-	23 326	916 716
BUNDESREPUB. DEUTSCHLA-0%-15-08-2031	2 220 713	85 921	-	-	2 306 634
BUNDESREPUBLIK DEUTSCHLA-0%-10-10-2025	2 067 780	41 954	-	-	2 109 734
BUONI POLIENNAL DEL TES-1.75%-01.07.2024	899 051	11 108	-	8 063	910 159
BUONI POLIENNALI DEL TE-1.25%-01-12-2026	1 680 108	65 011	-	1 866	1 745 119
BUONI POLIENNALI DEL TE-2.45%-01.09.2033	575 279	31 692	-	5 411	606 972
BUONI POLIENNALI DEL TES-1.5%-30.04.2045	1 220 519	72 309	-	5 196	1 292 829
EUROPEAN UNION - 2% - 04.10.2027	575 846	12 280	-	2 870	588 126
FRANCE (GOVT OF) 1% 25.05.2027	786 702	18 724	-	5 045	805 426
FRANCE (GOVT OF)-0.75%-25.05.2053	622 344	26 674	-	5 213	649 018
FRANCE (GOVT OF)-2.25%-25.05.2024	893 970	945	-	12 172	894 915
FRENCH DISCOUNT T-BILL-CZ-07.02.2024	2 757 074	32 874	-	-	2 789 948
FRENCH DISCOUNT T-BILL-CZ-14.02.2024	1 587 376	5 616	-	-	1 592 992
GERMAN TREASURY BILL -CZ-15.05.2024	1 939 043	33 837	-	-	1 972 880
IRISH TSY-1.1%- 15.05.2029	781 261	42 076	-	6 026	823 337
IRISH TSY-1.35%-18.03.2031	1 309 908	76 447	-	15 687	1 386 355
SPAIN LETRAS DEL TESORO-CZ-10-05-2024	3 983 425	63 439	-	-	4 046 864
OTRV JULHO 2025	6 122	(23)	-	133	6 099
REGIAO AUTONOMA ACORES 1.85%- 21-08-2025	118 334	3 834	-	848	122 168
Total Títulos de dívida pública	30 944 062	874 867	-	133 451	31 818 929
Outros títulos de dívida					
BRISA EM 1(XOFF) - 231211..240227, 4.10%	2 500 000	-	-	5 694	2 500 000
PC EEM EM (XOFF) - 231103..240102, 4.40%	400 000	-	-	2 836	400 000
PC NOS SGP(XOFF) - 231207..240111, 4.15%	750 000	-	-	2 075	750 000
PC NOS SGP(XOFF) - 231214..240111, 4.15%	1 500 000	-	-	2 940	1 500 000
UNILEVER (XOFF) - 231205..240105, 4.15%	1 700 000	-	-	5 095	1 700 000
UNILEVER (XOFF) - 231206..240108, 4.15%	450 000	-	-	1 297	450 000
Total Outros títulos de dívida	7 300 000	-	-	19 937	7 300 000
Total	137 952 510	9 508 729	(16 680)	153 388	147 444 559

Riscos associados à carteira de investimentos

Exposição e Origem do Risco

- Risco de mercado: é decorrente das oscilações nos preços dos títulos que compõem a carteira de cada fundo.
- Risco de taxa de juro: risco de movimentos adversos (subida) nos vários prazos das taxas de juro, com impacto no preço das obrigações de taxa fixa.
- Risco de crédito: corresponde à possibilidade de um emitente de determinado título não ter capacidade financeira suficiente para fazer face às suas responsabilidades.

- Risco cambial: resulta da detenção de ativos em moeda estrangeira e da variação das taxas de câmbio destas moedas.
- Risco de liquidez: consiste na eventual dificuldade na realização dos ativos que compõem a carteira de investimentos.
- Risco operacional: resulta da falha (ou deficiências) de processos internos, recursos humanos, sistemas, fraude ou outros que possam afetar o normal funcionamento da atividade da Sociedade Gestora.

Políticas e Procedimentos de Gestão de Risco

O Fundo de Pensões Aberto BPI Acções considera a gestão do risco uma das disciplinas fundamentais no seu modelo de funcionamento. Para isso dispõe de uma equipa dedicada ao controlo do Risco, a qual utiliza diversas ferramentas para medir e quantificar a exposição aos riscos. Privilegia-se a identificação e monitorização dos diferentes fatores de risco e a partilha de informação sobre o risco das carteiras com gestores e órgãos da administração.

No que diz respeito ao Risco de Mercado, utiliza-se o Value-at-Risk ("VaR") para determinar a estimativa de perda máxima esperada para uma carteira, num determinado horizonte temporal, com um determinado nível de confiança. O Fundo de Pensões Aberto BPI Acções dispõe de uma solução analítica partilhada entre os gestores e a equipa responsável pela monitorização de risco, que implementa uma análise baseada em modelos de fatores.

A exposição ex-ante das carteiras aos principais fatores de risco (e.g. mercado, indústria, país, moeda, taxa de juro, risco de crédito), em termos de volatilidade absoluta ou relativamente a um benchmark, passou assim a ser aferida em cada momento através do software "PORT". Este sistema avalia a contribuição de cada fator para o risco total da carteira de investimentos.

O Risco de Crédito é também capturado pelo modelo de fatores da Bloomberg, que engloba fatores destinados a captar esta dimensão do risco.

Com o objetivo de mitigar o Risco de Liquidez, cada gestor mantém excedentes de liquidez suficientes, para fazer face às responsabilidades financeiras a cargo do Fundo. Os instrumentos de leitura desta dimensão do risco, são ainda reforçados com a elaboração periódica de mapas informativos que permitem acompanhar a evolução da liquidez.

No âmbito do Risco Operacional, é aferido o impacto dos riscos associados a cada atividade, analisando as ocorrências e compreendendo o tipo de falhas e a quantificação dos custos associados.

Por último, e tendo em consideração a monitorização dos limites legais e das políticas de investimento, os alertas de incumprimento são enviados aos gestores sempre que as carteiras de

investimento são encerradas. Estão ainda definidos limites de exposição por Contraparte, relativos às operações por liquidar.

Análise de sensibilidade

Conforme acima referido, uma medida que agrega os principais riscos de mercado e utilizada pelo Fundo de Pensões Aberto BPI Ações é o Value-at-Risk. Para o cálculo deste indicador, são utilizadas as volatilidades e correlações apuradas historicamente para os diferentes títulos, baseadas nos preços dos últimos 365 dias.

Em 31 de dezembro de 2023, o Value-at-Risk com um nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 mês pode ser detalhado com o contributo das seguintes classes de ativos:

VaR / Carteira (%)	VaR (EUR)	Contributo Ações (%)	Contributo Taxa de Juro (%)	Contributo Moeda (%)
9,29	14 356 574	8,48	0,86	-0,05

6. Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica referia-se a depósitos à ordem domiciliados no Banco BPI, com o seguinte detalhe:

(valores em euro)

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Depósitos à Ordem - EUR	7 024 195	1 773 234
Depósitos à Ordem - USD	246 797	-
Total	7 270 993	1 773 234

Os depósitos à ordem em moeda estrangeira são relativos a depósitos em dólares americanos.

7. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica respeita a juros a receber, conforme se detalha:

(valores em euro)

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Juros a receber (Nota 5)	153 388	409 083
Acréscimos e Diferimentos	153 388	409 083
Total	153 388	409 083

8. Passivo

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica respeita a valores a pagar à Entidade Gestora pela Comissão de Gestão Financeira que foram regularizadas no exercício seguinte.

(valores em euro)

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Entidade Gestora	(284 311)	(262 978)
Estado e outros entes públicos	(1 057)	(3 030)
Outras Entidades	(20 131)	(16 117)
Credores	(305 498)	(282 125)
Total	(305 498)	(282 125)

9. Contribuições

Durante o exercício de 2023 as contribuições efetuadas foram superiores ao estimado, conforme se apresenta na tabela abaixo:

(valores em euro)

Contribuições 2023		Diferença
Estimado (1)	Efetivo (2)	(2) - (1)
12 343 278	20 164 526	7 821 248

Durante os exercícios de 2023 e 2022, os associados efetuaram as seguintes contribuições:

(valores em euro)

Contribuições 2023				Contribuições
Associados	Participantes	Transferências	Total	2022
20 164 526	-	5 604 171	25 768 698	19 387 060

10. Pensões, capitais e prémios únicos vencidos

Durante os exercícios de 2023 e 2022, os benefícios pagos têm a seguinte composição:

(valores em euro)

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Pensões de velhice	69 116	62 914
Pensões de invalidez	2 340	780
Pensões Flexíveis - IRS	11 700	12 096
Pensões	83 156	75 790
Transferências	8 097 202	6 350 805
Remições	504 738	385 745
Reembolso Capital IRS	20 274	12 277
Outros	8 622 214	6 748 827
Total	8 705 370	6 824 617

11. Ganhos líquidos dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estas rubricas têm a seguinte composição:

(valores em euro)

Ganhos Líquidos	2023						2022
	Instrumentos de capital	Títulos de dívida pública	Outros títulos de dívida	Numerário	Outras aplicações	Total	
Mais Valias	11 374 210	1 838 074	133 670	42 373	-	13 388 328	247 302
Menos Valias	(188 737)	(19 418)	-	(34 845)	-	(243 000)	(15 089 621)
Total	11 185 474	1 818 656	133 670	7 528	-	13 145 328	(14 842 320)

Face ao exercício de 2022, verificou-se um aumento significativo nas mais valias e uma diminuição acentuada nas menos valias na valorização dos ativos que compõem a carteira de investimentos.

12. Rendimentos líquidos dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estas rubricas têm a seguinte composição:

(valores em euro)

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Outros títulos de dívida	636 525	530 083
Instrumentos de capital	1 017 572	31 748
Títulos de dívida pública	72 909	121 019
Numerário	7 656	(0)
Total	1 734 662	682 850

13. Outras despesas

Nos termos do Contrato de Gestão do Fundo, é da sua responsabilidade efetuar o pagamento das comissões à Sociedade Gestora e ao Banco Depositário.

O detalhe das comissões registadas nos exercícios de 2023 e 2022 é conforme segue:

(valores em euro)

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Comissões de Gestão Financeira	949 604	798 880
Comissão de Depósito	73 723	62 209
Comissões de Incentivo	(0)	39 151
Comissões	1 023 327	900 240
Outras Despesas	19 791	11 138
Imposto selo s/ comissões	38 652	33 928
Taxa para I.S.P.	6 207	4 107
Impostos e Taxas	64 651	49 174
Total	1 087 978	949 414

As comissões suportadas durante o exercício foram calculadas conforme segue:

Tipo comissão	Tipo Plano	Descrição do método de cálculo
Administrativa	Plano CD	A comissão é calculada em função do número de participantes.
Administrativa	Plano BD	A comissão é um valor fixo, atualizado anualmente pelo IPC médio registado no ano anterior.
Financeira	Todos	A comissão é definida em % e aplicada diariamente ao valor do Fundo sob gestão.
Financeira Incentivo	Todos	A comissão é definida em %, em função da rentabilidade obtida pelo fundo face ao benchmark definido, e aplicada ao valor do Fundo sob gestão.
Atuarial	Plano BD	A comissão atuarial é um valor fixo, atualizado anualmente pelo IPC médio registado no ano anterior.
Pagamento Benefícios	Plano CD	A comissão é calculada em função do número de processos tratados.
Pagamento Benefícios	Plano BD	A comissão é calculada em função do número de pensionistas.

A BPI Vida e Pensões cobra uma comissão de gestão financeira trimestral descrita nos contratos de adesão que terá o valor máximo de 0,5% (2% ao ano) sobre o valor líquido global do Fundo, apurado com referência ao último dia de cada trimestre civil. A remuneração do Banco pelo serviço de depositário consiste na aplicação da comissão trimestral de 0,0125% (0,05% ao ano) sobre o valor líquido global do Fundo, apurado com referência ao último dia de cada trimestre civil, deduzido dos valores monetários depositados em contas bancárias, independentemente da instituição de crédito nas quais essa contas bancárias se encontrem abertas.

A rubrica de Outras Despesas é composta maioritariamente pelas cargas de Gestão Administrativa que ascende a 17 442€.

Os honorários de auditoria da PwC afetos ao exercício de 2023 totalizam o montante de 4 305€, incluindo os serviços distintos de auditoria em 1 230€.

14. Transações que envolvam o fundo de pensões e o associado ou empresas com este relacionadas

Não existem transações que envolvam o fundo de pensões e o associado ou empresas com este relacionadas.

15. Ativos e passivos contingentes

Não existem ativos e passivos contingentes.

16. Garantias por parte da entidade gestora

Não existem garantias por parte da entidade gestora.

17. Eventos Subsequentes

À data de emissão das contas de 2023, não são conhecidos eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2023.



Anexo

Modelo de divulgação periódica para os produtos financeiros referidos no artigo 8.º 1, 2 e 2-A, do Regulamento (UE) 2019/2088 e no artigo 6.º, primeiro parágrafo, do Regulamento (UE) 2020/852

Nome do Produto: Fundo de Pensões Aberto BPI Ações

Identificador da entidade jurídica: 2138001YQNCU6U9UK972

Por «investimento sustentável», entende-se um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente qualquer objetivo ambiental ou social e que as empresas beneficiárias do investimento sigam práticas de boa governação.

A taxonomia da UE é um sistema de classificação, previsto no Regulamento (UE) 2020/852, que estabelece uma lista de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. O referido regulamento não inclui uma lista de atividades económicas socialmente sustentáveis. Os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental podem estar harmonizados ou não com a taxonomia.



Os indicadores de sustentabilidade medem a forma como são alcançadas as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

Características ambientais e/ou sociais

Este produto financeiro tinha um objetivo de investimento sustentável?

Sim

Realizou investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental: ___%

em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

Realizou investimentos sustentáveis com um objetivo social: ___%

Não

Promoveu características ambientais/sociais (A/S) e, apesar de não ter como objetivo a realização de um investimento sustentável, consagrou uma percentagem mínima de 5% a investimentos sustentáveis

com um objetivo ambiental em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

com um objetivo social

Promoveu características (A/S), mas não realizou qualquer investimento sustentável

Em que medida foram alcançadas as características ambientais e/ou sociais promovidas por este produto financeiro?

Durante o período de referência, a Companhia tomou decisões de investimento para a gestão do Fundo destinadas a promover características ambientais e/ou sociais na aceção do Artigo 8º do Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de novembro de 2019.

O Fundo investiu predominantemente em ativos que promovem as características ambientais e/ou sociais, quer pela sua natureza ou classificação, quer pela avaliação de desempenho ESG favorável que a Companhia tenha feito dos mesmos.

A avaliação favorável resultou, entre outros fatores, do bom desempenho e/ou da evolução favorável em aspectos ambientais, sociais e de bom governo, com base quer na informação não financeira prestada pelas entidades em que o Fundo investe, ou recolhida pela Companhia, quer em fontes públicas, quer ainda através de diferentes fornecedores especializados nestas matérias. Esta avaliação incorporou não só a exposição das entidades aos riscos de sustentabilidade, como também a gestão que as entidades tenham feito dos mesmos, em termos absolutos e relativos.

● **Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?**

Os indicadores de promoção utilizados para avaliar o cumprimento das características ambientais e/ou sociais apresentaram o seguinte desempenho:

Indicadores	Percentagem	Cobertura
Total a Ativos que Promovem Características Ambientais ou Sociais	67,38%	100,00%
Obrigações ESG	4,60%	100,00%
Investimento Direto com Desempenho ESG Favorável	23,44%	92,28%
Fundos que Promovem Características Ambientais ou Sociais	10,01%	100,00%
Fundos que têm como Objetivo Investimentos Sustentáveis	-	100,00%
Fundos com Desempenho ESG Favorável	39,31%	99,27%
Incumprimentos Global Compact	-	94,50%
Armas controversas	-	94,50%
Contratos militares / Armas convencionais	-	94,50%
Carvão térmico	-	94,50%
Areias betuminosas	-	94,50%
Controvérsias "muito severas"	-	94,50%

● **... e em relação a períodos anteriores?**

Relativamente ao período de referência anterior, os indicadores de promoção apresentaram o seguinte desempenho:

Indicadores	2023	2022	Var.
Total a Ativos que Promovem Características Ambientais ou Sociais	67,38%	-	N/A
Obrigações ESG	4,60%	-	N/A
Investimento Direto com Desempenho ESG Favorável	23,44%	-	N/A
Fundos que Promovem Características Ambientais ou Sociais	10,01%	-	N/A
Fundos que têm como Objetivo Investimentos Sustentáveis	-	-	-
Fundos com Desempenho ESG Favorável	39,31%	-	N/A
Incumprimentos Global Compact	-	-	-
Armas controversas	-	-	-
Contratos militares / Armas convencionais	-	-	-
Carvão térmico	-	-	-
Areias betuminosas	-	-	-
Controvérsias "muito severas"	-	-	-

- **Quais foram os objetivos dos investimentos sustentáveis que o produto financeiro alcançou em parte e de que forma o investimento sustentável contribuiu para esses objetivos?**

Durante o período de referência, o Fundo não tinha como objetivo a manutenção de qualquer proporção mínima de investimentos sustentáveis.

- **Por que razão é que os investimentos sustentáveis que o produto financeiro realizou em parte não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável em termos ambientais ou sociais?**

Não aplicável.

- **Como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?**

Não aplicável.

- **Os investimentos sustentáveis foram alinhados com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos? Informações pormenorizadas:**

Não aplicável.

A taxonomia da UE estabelece um princípio de «não prejudicar significativamente», segundo o qual os investimentos alinhados pela taxonomia não devem prejudicar significativamente os objetivos da taxonomia da UE, sendo acompanhada de critérios específicos da União.

O princípio de «não prejudicar significativamente» aplica-se apenas aos investimentos subjacentes ao produto financeiro que tenham em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os investimentos subjacentes à parte remanescente deste produto financeiro não têm em conta os critérios da União aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Quaisquer outros investimentos sustentáveis também não devem prejudicar significativamente quaisquer objetivos ambientais ou sociais.

Por **principais impactos negativos** devem entender-se os impactos negativos mais significativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade nos domínios das questões ambientais, sociais e laborais, diz respeito pelos direitos humanos e da luta contra a corrupção e suborno.



De que modo este produto financeiro teve em conta os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

Entendemos por impactos negativos aqueles impactos que podem ter efeitos negativos nos fatores de sustentabilidade, de acordo com a Declaração de Diligência Devida publicada no site da Companhia.

O processo de identificação dos principais impactos negativos esteve diretamente relacionado com os processos de tomada de decisões de investimento. Primeiramente, os fatores de sustentabilidade relevantes foram identificados por geografia, indústria, setor ou empresa. Para tal, a BPI Vida e Pensões utilizou diferentes análises de

materialidade desenvolvidas por organizações de referência, e conta com o apoio de fornecedores especializados em análises ESG, bem como de fontes públicas de informação. Os indicadores materiais que integram o processo de construção das diferentes carteiras foram identificados através da seleção e alocação dos diferentes ativos de acordo com os procedimentos implementados pela Companhia.

Na sua atividade de gestão, a BPI Vida e Pensões efetuou análises e o acompanhamento dos impactos negativos para a sustentabilidade proveniente dos investimentos realizados nas diversas carteiras, publicando os indicadores dos principais impactos negativos considerados pela Companhia (“PINS”), de acordo com o formato e conteúdo exigidos pela regulação em vigor a cada momento, e aplicando os procedimentos de diligência devida descritos anteriormente.



Quais foram os principais investimentos deste produto financeiro?

Investimentos mais avultados	Setor	% dos ativos	País
IETF-IS.CORE MSCI EUROPE ACC - (XAMS)	Fundos	24,34%	Irlanda
IETF - ISHARES CORE S&P 500 (XAMS) - EUR	Fundos	10,26%	Irlanda
ETF-ISHARES BARCLAYS CAP.EURO CORP.(AMS)	Fundos	7,81%	Irlanda
ETF-ISHARES CORE EM IMI UCITS ET (AMS)	Fundos	3,58%	Irlanda
IETF-ISHARES JP MORGAN USD EM CORP (MTTA)	Fundos	3,36%	Irlanda
IETF-ISHARES JP MORGAN ESG USD (XETR)	Fundos	3,34%	Irlanda
BUNDESREPUB. DEUTSCHLA-CZ-13-12-2023	Div. Governos	2,87%	Alemanha
IETF - ISHARES CORE MSCI JAPAN IMI(XMIL)	Fundos	1,81%	Irlanda
IETF - ISHARES MSCI EUROPE ESG ENHANC	Fundos	1,68%	Irlanda
BUONI POLIENNAL DEL TES-1.75%-01.07.2024	Div. Governos	1,63%	Itália

A lista inclui os investimentos que constituem a maior parte dos investimentos assegurados pelo produto financeiro durante o período de referência, a saber: 01/01/2023 - 31/12/2023



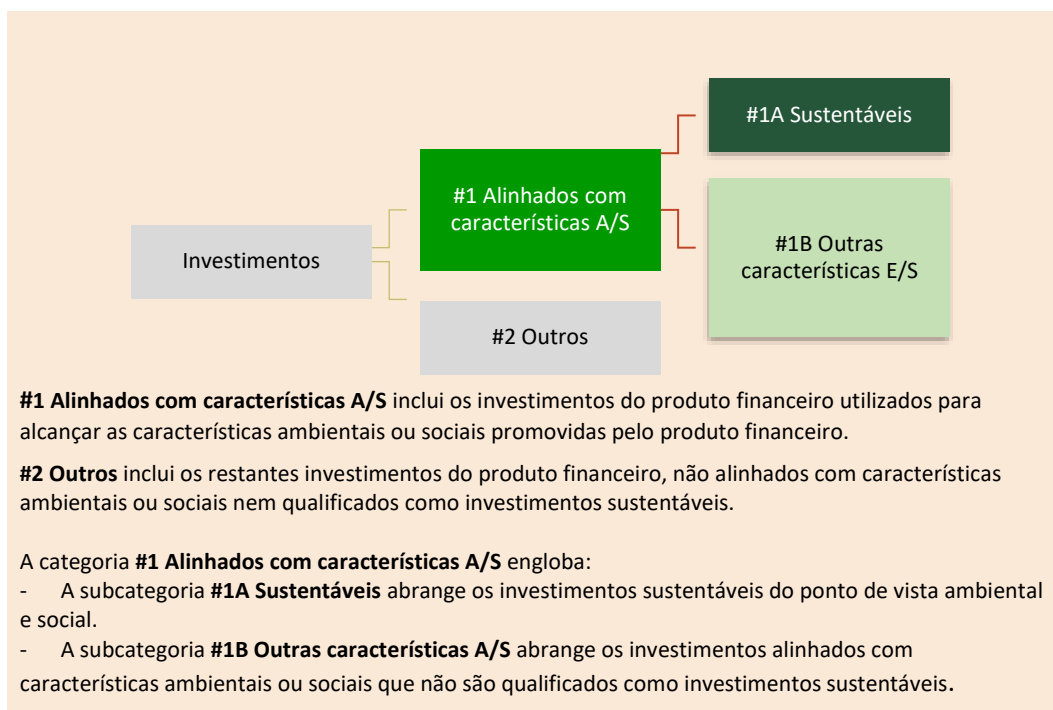
Qual foi a proporção dos investimentos relacionados com a sustentabilidade?

A proporção dos investimentos relacionados com a sustentabilidade foi no dia 31/12/2023: **67,38%**

- **Qual foi a alocação dos ativos?**

O Fundo investiu predominantemente em ativos que promovem as características ambientais e/ou sociais, com um mínimo de 50%. A alocação dos ativos pode ser encontrada na tabela apresentada na pergunta “Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?”.

A alocação dos ativos descreve a percentagem dos investimentos em ativos específicos.



Um mínimo 50% do total dos investimentos realizados pelo Fundo foram investimentos “#1 alinhados com características A/S” e “#1B Outras características E/S” a proporção restante enquadraram-se na categoria “#2 Outros”. Não houve compromisso com investimentos em “#1A Sustentáveis”.

● **Em que setores económicos foram realizados os investimentos?**

Os investimentos foram realizados principalmente em Obrigações de Governos, Fundos e ETFs.



Em que medida foram os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da UE?

No período de referência, este produto teve uma proporção mínima de investimentos sustentáveis de 5% do total de investimentos da carteira. Estes investimentos foram realizados indistintamente em atividades económicas que contribuem para um objetivo ambiental (ajustado ou não à taxonomia da UE) ou objetivo social, sem que tenha havido um compromisso mínimo de investimento inicial em cada uma das categorias.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da UE?

Ver resposta anterior.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social?

Ver resposta anterior.



Que investimentos foram incluídos na categoria «Outros», qual foi a sua finalidade, e foram aplicadas salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social?

Dentro dos investimentos incluídos na categoria «Outros», estão incluídos derivados, liquidez e investimentos em ações, obrigações e OICs, com o objetivo de manter níveis de investimento de acordo com a política de investimento definida, procurando incluir investimentos que integrem riscos de sustentabilidade para não impactar as características ESG que promoveu o Fundo e estabelecendo salvaguardas mínimas, de acordo com as políticas e procedimentos em matérias de sustentabilidade da Companhia.



Que medidas foram tomadas para alcançar as características ambientais e/ou sociais durante o período de referência?

A Companhia adota na gestão do Fundo, além dos critérios financeiros tradicionais, critérios ESG com o objetivo de promover características ambientais e/ou sociais.

A Companhia analisou as características ambientais e/ou sociais relevantes das empresas que compõem o universo de investimento, utilizando critérios gerais, comuns a todas as empresas e específicos em função do setor, atividade, geografia e tipo de ativo. Esta análise foi integrada no processo de investimento do Fundo, o que permite identificar quais empresas, que, além de serem atrativas com base em critérios financeiros, também apresentaram uma combinação de indicadores de sustentabilidade que as tornem atrativas para investir.

Adicionalmente, foi aplicada uma estratégia que contempla:

- Critérios de exclusão: de acordo com as políticas definidas ou adotadas pela BPI Vida e Pensões, restringiu-se o investimento em determinadas atividades controversas.
- Análise de controvérsias: a Companhia restringiu o investimento em empresas envolvidas em controvérsias que pudessem afetar o campo da sustentabilidade classificadas como muito graves. Controvérsias são eventos extraordinários que podem afetar as empresas. Para a identificação das mesmas foram usados fornecedores externos especializados.



são

investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental que **não têm em conta os critérios** aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental noa termos do Regulamento (UE) 2020/852.



Qual o desempenho deste produto financeiro comparativamente ao índice de referência?

Não aplicável.

- ***De que forma o índice de referência difere de um índice geral de mercado?***

Não aplicável.

- ***Qual foi o desempenho deste produto financeiro relativamente aos indicadores de sustentabilidade que determinam o alinhamento do índice de referência com as características ambientais ou sociais promovidas?***

Não aplicável.

- ***Qual foi o desempenho deste produto financeiro comparativamente ao índice de referência?***

Não aplicável.

- ***Qual foi o desempenho deste produto financeiro comparativamente ao índice geral de mercado?***

Não aplicável.

Os **índices de referência** são índices utilizados para aferir se o produto financeiro assegura a concretização das características ambientais ou sociais que promove.



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Pensões Aberto BPI Acções (o Fundo), gerido pela BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A. (a Entidade Gestora), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 154.868.940 euros e um valor do Fundo de 154.563.442 euros, incluindo um resultado líquido de 30.855.339 euros), a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Pensões Aberto BPI Acções em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o relato financeiro dos fundos de pensões estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Justo valor de instrumentos financeiros**Mensuração e divulgações relacionadas com o justo valor de instrumentos financeiros apresentadas nas notas anexas 4 e 5 das demonstrações financeiras.**

Os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, apresentados na demonstração da posição financeira nas linhas de instrumentos de capital e unidades de participação, títulos de dívida pública e outros títulos de dívida, no montante de 147.444.559 euros, representam 95% do total do ativo do Fundo em 31 de dezembro de 2023 e constituem uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, não só pela sua significativa expressão no ativo do Fundo, mas também por a sua valorização requerer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da Entidade Gestora.

A valorização dos instrumentos financeiros envolve julgamento na determinação do seu justo valor, nomeadamente quanto à seleção dos preços/cotações divulgados através de plataformas de negociação, considerando ainda a liquidez e a qualidade dos preços.

Neste contexto, alterações nos pressupostos utilizados nas técnicas de mensuração utilizadas pela Entidade Gestora podem originar impactos materiais no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:

- A identificação, compreensão e avaliação dos controlos chave relativamente à mensuração dos instrumentos financeiros;
- A verificação dos preços/cotações provenientes de fontes externas para os instrumentos financeiros detidos pelo Fundo, selecionadas em conformidade com os critérios definidos nas políticas e manuais internos; e
- A análise da reconciliação do inventário de instrumentos financeiros com os registos contabilísticos.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre o justo valor e respetivas técnicas de valorização dos instrumentos financeiros constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em consideração as normas contabilísticas em vigor.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização da Entidade Gestora pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o relato financeiro dos fundos de pensões estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- h) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 11.º da Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Fundo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores do Fundo pela primeira vez para o exercício de 2023, através da aceitação pela Entidade Gestora da proposta de prestação de serviços profissionais datada de 8 de fevereiro de 2024;
- b) O órgão de gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o

ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;

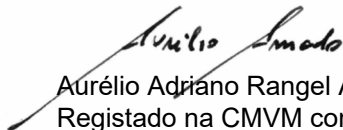
c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora nesta mesma data;

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo durante a realização da auditoria; e

e) Informamos que, para além da auditoria, prestámos ao Fundo os serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor, com vista à emissão do relatório independente de garantia limitada de fiabilidade sobre os elementos de reporte prudencial relativos a 31 de dezembro de 2023, incluindo informação financeira e estatística, em cumprimento dos requisitos previstos na Norma Regulamentar n.º 4/2023-R, de 11 de julho, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

22 de maio de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Aurélio Adriano Rangel Amado, ROC n.º 1074
Registado na CMVM com o n.º 20160686